

RESENHAS CRÍTICAS

Courbin, Paul. *Qu'est-ce que l'archéologie? Essai sur de la nature de la recherche archéologique*. Paris, Payot, 1982.

Res. por Ulpiano Bezerra de Meneses
Departamento de História — FFLCH/USP

Na década de 60, um grupo de jovens arqueólogos americanos, liderados pelo futuro guru Lewis R. Binford, descobriu, com indiferente sentimento de inferioridade, que a Arqueologia não dispunha de um corpo teórico consistente e amplo, nem de critérios metodológicos confiáveis, que pudessem assegurar-lhe o *status* de ciência. Eles se incumbiram de sanar tais lacunas, propondo uma “New Archaeology”, embasada na teoria de sistemas, no evolucionismo cultural e na argumentação hipotético-dedutiva, com vistas à formulação de leis gerais do comportamento cultural. O movimento se expandiu e assumiu posturas missionárias, com repercussão na Inglaterra, Holanda, Escandinávia. Dos países europeus de tradição arqueológica, a Itália e a Alemanha permaneceram imunes. Apesar de, na França, o debate teórico e metodológico sobre a Arqueologia ser estranhamente pobre em relação às demais disciplinas humanísticas e sociais, houve aí alguma absorção, que foi da adesão quase declarada (Cleuziou, Demoule, An. e Al. Schnapp) até a incompreensão total (Bucaille), passando pelo crivo crítico e por exames parciais (Borillo, Gardin, Bruneau).

Todavia, somente agora aparece uma obra que procura retomar a “New Archaeology” em conjunto e analisar não só seus postulados e propostas, como a produção que ela gerou. Trata-se de livro que, já no título (*O que é a Arqueologia: ensaio sobre a natureza da pesquisa arqueológica*) retoma a perspectiva com que os “novos arqueólogos” encaram sua disciplina: não se procura acrescentar à lista já longa de prá-

ticas arqueológicas mais alguma contribuição derivada das *hard sciences* ou de apontar temas que compensaria desenvolver, ao lado de outros — mas de procurar repensar a essência mesma da disciplina, seu objeto e seus rumos, suas premissas e fundamentos. O autor, Paul Courbin, Professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris) é dos mais competentes e completos arqueólogos franceses, com larga folha de serviços desenvolvidos na Grécia, França, Camboja e Síria. Não por coincidência, é o organizador do BEMA (Gabinete de estudos dos métodos arqueológicos), um dos primeiros centros, na França, a se preocupar com a formação sistemática para a prática da Arqueologia, sem estar amarrado a esta ou àquela especialidade.

O trabalho de Courbin não traça um histórico do movimento, nem faz uma apresentação organizada da doutrina da N. A. Antes, seleciona algumas propostas-chave e, em espiral na qual muitos temas vão e vêm, desdobra-os sempre em confronto com os produtos que inspiraram. Após um balanço geral, bastante sumário e bastante econômico nos aspectos positivos, expõe, em contraponto, sua própria concepção de Arqueologia e de seus alvos. A bibliografia na qual Courbin buscou as peças do libelo que montou contra a N. A., é vasta e representativa (além de L. Binford estão presentes os principais nomes: Sally Binford, D. L. Clarke, F. Plog, C. L. Redman, C. Renfrew, M. B. Schiffer, S. South, P. J. Watson, S. A. Leblanc, J. Hill e outros).

Guiado menos por parâmetros teóricos do que por um sólido e imediato bom senso, a crítica de Courbin aos trabalhos pacientemente esmiuçados é eficiente e perfeitamente irretorquível. Contudo, devem ser apontadas restrições ao tratamento que ele dá às questões e às falhas que aponta. A primeira restrição é que Courbin imbrica a análise do *credo* da N. A. com a crítica ao *comportamento* de seus praticantes. A veemência com que são pinçados os pontos fracos se reveste, às vezes, de humor; às vezes, porém, descamba para o sarcasmo improdutivo. Assim, fazer blague com o restrito tempo que Binford teria passado em campo, na pesquisa etnoarqueológica entre os esquimó Nunamiut, desvia do que importa — e desfigura injustamente um projeto que se estendeu ao longo de vários anos. A virulência vai até ao crivo das ilustrações, dos cacoetes de linguagem e, mesmo, dos padrões de referências bibliográficas (aspecto este, por exemplo, em que o tiro sairia pela culatra se algum leitor de maus bofes preferisse, ao conteúdo do livro de Courbin, examinar atentamente suas citações e notas de rodapé). Há passagens que levariam a fazer supor serem os descaminhos da N. A. devidos em parte à incompetência e despreparo intelectual dos militantes, mas, em parte maior, a simples vícios de caráter. Má fé, charlatanismo, preguiça, triunfalismo, aproveitamento do trabalho alheio, irascibilidade, desmesurada vaidade, ressentimentos, etc., são temas recorrentes, mas que não têm valor expli-

cativo. Se o autor estivesse interessado em estudar a prática de uma disciplina, teria que respeitar certas exigências no estudo de contextos. O exame do comportamento acadêmico pode, com efeito, em muito colaborar para o entendimento do “estado” de um domínio científico. Mas sem o conhecimento dos aspectos institucionais, dos padrões culturais e do quadro de circulação de idéias e doutrinas (para não falar da *episteme* vigente), fica-se apenas na superfície das coisas e na aparência dos temperamentos. Ora, Courbin isola o fenômeno da N. A. daquele quadro de fermentação que atingiu, no mundo anglo-saxônico, as ciências humanas e sociais (e algumas afins), como a Antropologia, a Sociologia, a História, a Geografia, gerando movimentos que vão da “New Economic History” à “New Geography”. Por isso mesmo lhe escapou o que penso ser a fragilidade maior da “New Archaeology”: seu viés funcionalista — problema que, naturalmente, está longe de restringir-se ao domínio da Arqueologia ou mesmo da Antropologia americana. Certamente há, esparsas, alusões a aspectos dessa questão, mas rápidas e incompletas e sem articulação. Ora, os próprios novos arqueólogos ou seus simpatizantes mais críticos se convenceram das limitações funcionalistas, como fica evidente do exame das contribuições apresentadas em dois encontros recentes: o de Cambridge, abril de 1980, sobre “Simbolismo e Estruturalismo em Arqueologia” (publicado por I. Hodder, Cambridge University Press, 1982) e o de Southampton, dezembro de 1980, sobre “Teoria e Explicação em Arqueologia” (publicado por C. Renfrew, New York, Academic Press, 1982). A tendência, parece, vai além da guinada para o estruturalismo, prevista (e recomendada) há tempos por Edmund Leach. O que se procura é um estruturalismo “contextualizado”, no dizer de alguns (Hodder), o que me parece um eufemismo para reconhecer a importância estratégica da perspectiva histórica na análise arqueológica (incorporando, inclusive, eventualmente, uma visão dialética).

Também por ter isolado seu exame da N. A. Courbin empobreceu a discussão do suporte epistemológico, muito limitada em face da amplidão com que se tem colocado o problema da natureza do conhecimento nas ciências do homem e do confronto entre os paradigmas das ciências sociais e humanas e das ciências exatas e da natureza. Diga-se, aliás, que Courbin está pouco interessado em discutir quadros teóricos ou melhor enunciar certos conceitos (sirva de exemplo a total improcedência da qualificação de idealismo, ainda que apenas aparente, que ele atribui à afirmação de James Hill sobre a construção, pelo observador, do universo observado).

De outra parte, uma das críticas básicas mas que, no tratamento que recebeu, fica sensivelmente enfraquecida, refere-se ao problema da vocação “nomotética” da Arqueologia — cavalo de batalha dos “novos arqueólogos”. Entretanto, sem repassar a polissemia do termo “lei” no cam-

po das ciências humanas e sociais e, paralelamente, nas ciências formais e biológicas, a análise de Courbin torna-se obscura e pouco eficiente. Descartar um debate mais abrangente, fazendo alusões a chaves como liberdade e determinismo, é escamotear o âmago da questão. Claro está que é fácil cobrar dos novos arqueólogos o não cumprimento do que eles próprios definem como lei e qualificar, suponhamos, as leis de M. B. Schiffer sobre a formação do depósito arqueológico como “Mickey mouse laws” (para usar a expressão de K. Flannery, lembrada por Courbin). Diz também Courbin que, pelos frutos, se conhece a árvore e que aqueles, no caso da “New Archaeology”, estão podres. Mas a qualidade de uma árvore pode ser neutralizada ou desfigurada por pragas, pelo clima, pelo mau uso. Caberia aqui outro provérbio: é preciso cuidado para não jogar fora o bebê com a água do banho. Os novos arqueólogos — e a demonstração de Courbin é cabal — defrontam-se com um problema de escala (um projeto de pesquisa não pode ter como objetivo imediato a formulação de um par de leis sobre o comportamento cultural ...) e com a obsessão da metodolatria (como diria Bunge), colocando a formulação de leis como fecho de rigor. Não obstante as promessas inadequadas feitas pelos novos arqueólogos e seu total descumprimento, a preocupação com leis tendenciais traduz um esforço, hoje em dia generalizado, no campo também das ciências humanas, de superar o nível de significação individual dos fenômenos, para a geração de *conhecimento*, e não apenas *informação*.

Também pelo isolamento do objeto de análise e pelo foco excessivo dado ao comportamento dos novos arqueólogos, Courbin embarca, afinal, no próprio jogo masoquista que eles haviam montado, entre uma “nova” Arqueologia e uma Arqueologia “tradicional”. Escrevendo uma peça acusatória contra os novos arqueólogos (mais que contra a N. A.), Courbin coloca-se, ao mesmo tempo, na posição de advogado da Arqueologia “tradicional”, não resistindo, por vezes, a pagar seu tributo a certos laivos explícitos de europa-centrismo. O retrato que nos dá da Arqueologia “tradicional” é tão parcial e reducionista quanto o de seus adversários — apenas com os valores invertidos. Os exemplos de excelência, apresentados, não são suficientes e, sobretudo, não caracterizam certo nível ou tônus de uma disciplina. São, antes, elencos de “descobertas interessantes”.

Se ele se debruçasse mais detidamente sobre um campo que conhece bem — a Arqueologia clássica — teria que reconhecer o predomínio de aspectos negativos. Basta lembrar que a quase totalidade do que se publica são *corpora* ou repertórios documentais, instrumentos preciosíssimos e indispensáveis de trabalho, mas que raramente desembocam em questões que não sejam de natureza tipológica ou cronológica. Ora, esta organização documental se justifica precisamente porque é *condição* para o estudo da *cultura material*, domínio que permanece a descoberto.

Esta última questão nos remete ao que me parece o ponto mais discutível da obra de Courbin. Se as críticas que ele desferiu contra a produção dos novos arqueólogos é plenamente endossável (particularmente ao denunciar as incoerências, truismos e platitudes), e se muitas das críticas teóricas são aceitáveis e convincentes, já a perspectiva segundo a qual ele define a Arqueologia me parece estar aquém daquilo que ele próprio produziu, na publicação de seus trabalhos de campo, bibliografia de alcance muito amplo.

Para Courbin, a Arqueologia deve ser individualizada a partir do campo de competência específica do Arqueólogo: a elaboração, estabelecimento ou restabelecimento dos “fatos”. Para os efeitos desta discussão, serão apenas mencionados dois aspectos graves. De um lado, Courbin não isola a especificidade da Arqueologia com relação a disciplinas afins, pois também a História, a Antropologia, a Sociologia etc., partem do estabelecimento de seus fatos. Em segundo lugar, seu conceito de “fato” tem contornos pouco definidos e, apesar de certas atenuações e cautelas, em última análise não evita aquela coincidência entre fato real e fato de conhecimento que, p. ex., no campo da História sempre tem sido contestada (haja visto, mais recentemente, o tratamento que lhe dá Claude Lefort). Mais que tudo, porém, o problema principal está em que Courbin reduz a tarefa da Arqueologia à constituição de um universo empírico, pronto para ser “trabalhado”. Somente que esse trabalho não competiria ao Arqueólogo. Nem se diga que sua postura corresponde àquela com que Foucault interpreta sociologicamente a História, hoje em dia, na transformação do “documento” em “monumento”, tendendo assim, à “arqueologia”... Não, o que ele propõe é, de fato, um competente e auto-suficiente trabalho preparatório do *expert*, que retoma as ambigüidades do conceito de idiografia, atribuído a certas disciplinas, como se pudesse haver descrição que não fosse, já, opção interpretativa e encaminhamento da leitura que torna os fenômenos inteligíveis. No entanto, reitera Courbin, o arqueólogo não pode confundir-se com o historiador, o antropólogo etc. Sua tarefa se circunscreve à descrição dos objetos, sua classificação, a revelação das diversas relações possíveis que eles mantêm entre si e com outros tipos de dados, num mesmo sítio e em outros sítios, numa época dada e em outras épocas. Ora, tais objetos não são fenômenos naturais; são, ao mesmo tempo, *produtos e vetores* da ação social. A cultura material mais não é que o conjunto de sistemas de objetos que constituem o suporte físico, no sentido mais amplo, da produção e reprodução da vida social. Parece-me, por isso, mais adequada a orientação que Mortimer Wheeler — um arqueólogo “tradicional” — propunha já em 1954: o arqueólogo não lida, em última instância, com coisas, mas gente. As coisas são suas fontes, não seu fetiche. Não creio que a Arqueologia tenha feito progressos definitivos nesse sentido, principalmente porque carece, ainda, de uma teoria arqueológica robusta e ampla.

Ora, o principal mérito dos novos arqueólogos, a meu ver, não está paradoxalmente nas respostas que trouxeram às questões colocadas — o que é sintoma de uma disciplina ainda em traumas de adolescência — mas na formulação mesma dessas questões nevrálgicas que dão à Arqueologia responsabilidades das ciências sociais. Não se pode mais ignorar, hoje, a inexistência, na Arqueologia, de conhecimentos consistentes e sistemáticos relativos aos processos (culturais e naturais) de formação da “documentação” arqueológica, nem das articulações entre os aspectos materiais e não materiais da cultura. Sobretudo, hoje não se pode mais ignorar a falta que faz esse corpo teórico — inclusive para a simples, modesta, porém indispensável descrição e taxonomia de artefatos.

Obra que se apresenta como deliberadamente polêmica, *O que é a Arqueologia* não poderia atrair consenso geral. Obra, contudo, que mobiliza a experiência, rigor e seriedade de um grande profissional, sua leitura é a todo momento estimulante, ainda que no próprio agravamento dos desacordos.